



**TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA**

ATO SEGJUD.GP N° 133, DE 28 DE MARÇO DE 2022

Delega competência ao Secretário-Geral Judiciário para a prática de atos processuais.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO,
no uso das atribuições legais e regimentais,

considerando o disposto no art. 93, inciso XIV, da Constituição Federal, que prevê a delegação de competência aos servidores para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório,

considerando o disposto no art. 41, inciso XXXII, do [Regimento Interno](#) desta Corte,

RESOLVE

Art. 1º Delegar competência ao Secretário-Geral Judiciário para a prática dos seguintes atos processuais:

- I – determinar a reautuação de processos;
- II – adotar providências que assegurem a tramitação conjunta de processos, quando o caso o exigir;
- III – determinar o apensamento ou desapensamento de autos, além de providenciar a correção dos respectivos registros nos sistemas informatizados;
- IV – restituir autos à origem nas seguintes hipóteses:
 - a) remessa equivocada ao TST;
 - b) por solicitação de Tribunal Regional do Trabalho ou Vara do Trabalho; e
 - c) descumprimento, por TRT, de norma que regulamenta a transmissão de peças processuais, por meio eletrônico, no âmbito da Justiça do Trabalho;
- V – baixar em diligência os processos deficientemente digitalizados;
- VI – remeter ao Supremo Tribunal Federal as petições que, embora recebidas no Tribunal Superior do Trabalho, referem-se a processos em tramitação na Suprema Corte;
- VII – arquivar petição e os documentos que a acompanham, desde que relacionada a processo que não tramita no Tribunal Superior do Trabalho ou quando o número do processo ou o nome das partes indicados não coincidam com os registros existentes no Sistema de Informações Judiciárias desta Corte;

VIII – adotar as providências necessárias à tramitação preferencial dos processos de competência da Presidência do Tribunal, efetivando os registros correspondentes no sistema informatizado do Tribunal, desde que preenchidos os requisitos legais;

IX – determinar a conversão para o sistema legado do TST de processo em tramitação no Sistema PJe nas hipóteses previstas no art. 23 do [Ato SEGJUD.GP nº 32, de 26 de janeiro de 2017](#);

X – arquivar petição inicial referente a processo de competência de Órgão Julgador integrado ao Sistema PJe quando não encaminhada pelo meio eletrônico próprio do aludido sistema, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo único do art. 4º do [Ato SEGJUD.GP nº 32, de 26 de janeiro de 2017](#);

XI – submeter ao Relator petição referente a processo em tramitação no Sistema PJe quando não recebida pelo meio eletrônico próprio desse sistema;

XII – oficiar à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas hipóteses em que não efetivado o recolhimento das custas processuais;

XIII – solicitar autos aos Tribunais Regionais do Trabalho, quando necessário para a instrução processual no TST.

Art. 2º Fica revogado o [Ato SEGJUD.GP nº 71, de 20 de fevereiro de 2020](#).

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

EMMANOEL PEREIRA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Este texto não substitui o original publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.